



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012925-06.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Microma Projetos e Construções Mecanicas e outro**
 Embargado: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Embargos à Execução, opostos por **MICROMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES MECÂNICAS** e **WALTER PRIETO MOURÃO** contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, alegando, que a parte ideal de 50% do imóvel objeto da matrícula nº 186.013 foi doada para Carlos Alberto Mourão, seu filho, em 08/01/2014; que referido imóvel ficou gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade; que se trata de imóvel integrante de área envoltória de um bem tombado; abusividade dos juros de mora, incidentes sobre os referidos débitos, previstos pelos artigos 85 e 96 da Lei Estadual 6.374/1989, com redação dada pela Lei nº 13.918/2009.

A embargada apresentou impugnação (fls. 22/39). Preliminarmente, requer o indeferimento da inicial, uma vez que os embargantes não instruíram a inicial com os documentos extraídos da execução fiscal, bem como não garantiram a execução; ilegitimidade do embargante, uma vez que ele doou ao filho o imóvel; as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade não podem ser opostas à Fazenda Pública; mesmo que o imóvel seja tombado, tal fato não impede a venda em hasta pública. Por fim, sustenta a constitucionalidade e não-abusividade dos juros.

Após a determinação de fls. 45, os embargantes encaminharam aos autos os documentos relativos à execução (fls. 48/57).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Manifestação da Fazenda do Estado às fls. 60/61, reiterando a impugnação apresentada às fls. 22/39, exceto a preliminar de indeferimento da inicial e pressuposto da garantia da execução fiscal.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo único da LEF, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

O pedido merece parcial acolhimento.

Em relação à doação, os documentos trazidos aos autos comprovam ter sido declarada a fraude à execução (fls. 49/57).

Já no concernente às cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, como bem argumentou a Fazenda/embargada, trata-se de crédito privilegiado, em que os ônus que gravam referido imóvel (inalienabilidade e impenhorabilidade) não têm o condão de impedir a constrição do bem.

Neste sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo.

Agravo de Instrumento - Execução Fiscal - Penhora Imóvel gravado com cláusula de impenhorabilidade Ônus que não tem o condão de impedir a constrição legal Crédito privilegiado Inteligência dos arts. 30, da Lei nº 6.830/80, e 184, do CTN Decisão reformada Agravo provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 0105450-15.2012.8.26.0000; Relator (a): Roberto Martins de Souza; Órgão Julgador: N/A; Foro de Birigui - SAF - Setor de Anexo Fiscal; Data do Julgamento: 06/09/2012; Data de Registro: 13/09/2012).

“Embargos à execução fiscal. ICMS declarado pelo contribuinte. Penhora de bem gravado com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade. Cabimento. Restrições que não prevalecem na execução de crédito fazendário (CTN, art. 184 e Lei n. 6830/80, art. 30). Sentença de improcedência mantida. Apelação da embargante não provida. (Apelação nº



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

994.04.064263-1, 10ª Câmara de Direito Público, rel. Des. Antônio Celso Aguilar Cortez, j. 08/3/2010).

No mais, o tombamento não impede que o imóvel seja constricto e alienado.

É de se afastar, contudo, a aplicação da taxa de juros estabelecida no artigo 96 da Lei nº 6.374/89, alterada pela Lei nº 13.918/09, em vista do seu contraste com o ordenamento constitucional vigente, pois o padrão da taxa SELIC, que veio a ser adotado para a recomposição dos créditos tributários da União a partir da edição da Lei nº 9.250/95, não pode ser extrapolado pelo legislador estadual. A taxa SELIC já se presta a impedir que o contribuinte inadimplente possa ser beneficiado com vantagens na aplicação dos valores retidos em seu poder no mercado financeiro, bem como compensar o custo do dinheiro eventualmente captado pelo ente público para cumprir suas funções. A fixação originária de 0,13% ao dia contraria a razoabilidade e a proporcionalidade e caracteriza abuso de natureza confiscatória, não podendo o Poder Público em sede de tributação agir imoderadamente (Apelação nº 007017-56.2011.8.26.0405 - Relator: Paulo Dimas Mascaretti - data do julgamento: 03/04/2013).

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I do CPC e acolho em parte o pedido, para o fim de determinar que seja afastada a aplicação da taxa de juros estabelecida no artigo 96 da Lei nº 6.374/89, alterada pela Lei nº 13.918/09, reduzindo-se também a penhora, nos patamares acima definidos.

A embargada deverá apresentar, nos autos principais, nova planilha de débito, nos termos do aqui decidido.

Tendo havido sucumbência recíproca, as partes devem ratear as custas e arcar com os honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa, nos termos em que estabelece o artigo 85, § 4º, III, tudo na proporção de 70% para os embargantes e 30% para a embargada, observando-se que os embargantes são



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

beneficiários da gratuidade da justiça e a embargada é isenta de custas, na forma da lei.

P. I.

São Carlos, 20 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**